

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.405.992 - AC (2018/0313583-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : RECOL VEICULOS LTDA  
**ADVOGADO** : RAPHAEL DA SILVA BEYRUTH BORGES - AC002852  
**AGRAVADO** : MARIA JOSE D AVILA JUNIOR  
**ADVOGADO** : ROCICLEIDE ARAUJO DE SOUZA FIGUEIREDO - AC004082

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto por RECOL VEÍCULOS LTDA contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Acre, assim ementado (fls. 403-404):

*"PROCESSO CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO. AÇÃO REDIBITÓRIA CUMULADA COM DANOS MORAIS. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM QUE SE CONFUNDE COM O PRÓPRIO MÉRITO. DENUNCIAÇÃO DA LIDE. MATÉRIA PRECLUSA. REJEIÇÃO. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO "ZERO KM". DEFEITO DE FÁBRICA. VÍCIO DE QUALIDADE DO PRODUTO. LEGITIMIDADE DA COMERCIANTE/CONCESSIONÁRIA PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DA LIDE. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS FORNECEDORES. INCIDÊNCIA DO ART. 18 DO CDC. SUBSTITUIÇÃO POR VEÍCULO NOVO OU RESTITUIÇÃO DA QUANTIA PAGA, SEM PREJUÍZO DAS PERDAS E DANOS. OPÇÃO DO CONSUMIDOR. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. PRECEDENTES DO STJ E DESTA CORTE DE JUSTIÇA. SENTENÇA MANTIDA. PREQUESTIONAMENTO. APELO DESPROVIDO.*

*1. Preliminar de ilegitimidade passiva ad causam: confunde-se com o próprio mérito recursal e, como tal, será analisada, na medida em que o recorrente está aventando uma hipótese de causa excludente de responsabilidade civil, qual seja, a culpa exclusiva de terceiro.*

*2. Preliminar de denúncia da lide: não se conhece de matéria que já foi objeto de agravo de instrumento, operando-se a preclusão. Inteligência do art. 1.009, § 1º, do CPC/2015. Ad argumentandum tantum, de acordo com a jurisprudência firmada pelo STJ, a vedação à denúncia da lide prevista no art. 88 do CDC não se restringe à responsabilidade de comerciante por fato do produto (art. 13 do CDC), sendo aplicável também nos demais casos de responsabilidade civil por acidentes de consumo, visando*

*evitar, justamente, que o ingresso de terceiros prejudique a celeridade da ação, desviando-se, com isso, o foco do objeto da demanda. Ademais, não deve ser admitida a denunciação da lide nas hipóteses de simples ação de regresso. Rejeição. Precedentes.*

*3. A constatação de defeito em veículo zero quilômetro revela hipótese de vício do produto e impõe a responsabilização solidária da concessionária (fornecedor) e do fabricante, conforme preceitua o art. 18, caput, do CDC. Precedentes do STJ e desta Corte de Justiça*

*4. Tendo sido o veículo encaminhado diversas vezes para conserto e não sanado o defeito apresentado (vazamento de óleo pelo escapamento do motor), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, cabe à parte consumidora fazer uso de qualquer das alternativas legais previstas no § 1º do art. 18 do CDC, como a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos, além do seu abatimento promocional.*

*5. O fato de o consumidor de veículo zero quilômetro necessitar retornar à concessionária por diversas vezes para reparo de defeitos apresentados no bem adquirido, sem lograr êxito em nenhuma das oportunidades, configura inegável dano moral, suscetível de indenização.*

*6. Relativamente ao quantum indenizatório, para que o julgador possa mensurar de forma adequada, proporcional e razoável os danos evidenciados, à falta de fórmula objetiva, deve levar em conta os aspectos do caso concreto, grau de culpa e porte financeiro das partes, sem olvidar que o valor arbitrado não deve se apresentar baixo - a ponto de não punir, não desestimular a conduta lesiva e não compensar o dano sofrido - nem tão alto a ponto de causar enriquecimento indevido à parte lesada. Assim, reputa-se adequado o quantum indenizatório arbitrado pelo Juízo de origem, em R\$ 8.000,00 (oito mil reais), porquanto em estrita observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, além de se apresentar dentro do patamar fixado por esta Corte de Justiça em casos semelhantes.*

*7. Considera-se satisfeito o requisito do prequestionamento, ante o acórdão ter se pronunciado sobre a tese jurídica objeto desta apelação, de modo que prescindível a exata menção aos dispositivos legais apontados como violados, conforme entendimento pacificado pelo STJ.*

*8. Apelo desprovido."*

Nas razões do recurso especial, RECOL VEÍCULOS LTDA violação ao art. 125, II, do Código de Processo Civil de 2015, além dos arts. 12, 13, I, II e II, 18 e 88 do Código de Defesa do Consumidor, ao argumento, entre outros, que (...) "*não há*

*restrição a denunciação a lide, vide que o artigo 88 do Código de Consumidor veda expressamente apenas à responsabilidade de fato do produto, que não é o caso" (...).*  
(conforme fl. 456)

Contrarrazões às fls. 464-472.

É o relatório. Decido.

O recurso em apelo não merece prosperar.

De início, considerando que o recurso especial foi interposto contra acórdão publicado já na vigência do CPC de 2015, aplica-se ao caso o Enunciado Administrativo nº 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

Com efeito, ao apontar violação ao art. 125, II, do CPC de 2015, bem como aos arts. 12, 13, I, II e II, 18 e 88 do CDC, a empresa recorrente sustenta que não há vedação à denunciação da lide na presente demanda, afirmando que o art. 88 da legislação consumerista é taxativo quanto à vedação do instituto apenas no tocante às hipóteses de responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, que não é o caso dos autos, mostrando-se inviável qualquer interpretação extensiva sobre o tema.

Por sua vez, o TJ-AC, soberano na análise do acervo fático-probatório, consignou que, ainda que a denunciação da lide esteja mencionada como vedada apenas para hipóteses de fato do produto e do serviço, partindo de uma interpretação sistemática, chega-se a conclusão de que sua utilização é vedada em todas as hipóteses de ações fundadas em relação de consumo. Confira-se excerto do v. acórdão recorrido (fls. 408-409):

*"De toda sorte, ainda que se considere que tal matéria não está preclusa, ad argumentandum tantum, registre-se que, diante da tutela atribuída pelo Código de Defesa do Consumidor, cujo objetivo primordial é resguardar os interesses da parte tida como hipossuficiente, resta evidenciada, na hipótese, a impropriedade da admissão das modalidades de intervenção de terceiro, visando evitar, justamente, que o ingresso prejudique a celeridade da ação, desviando-se, com isso, o foco do objeto da demanda.*

*Neste contexto se insere a vedação da denunciação da lide de que dispõe o art. 88 I do CDC, que tem o claro intuito de evitar a instauração de lides paralelas, que, de regra, dificultam e retardam a demanda principal. Aliás, não se*

*pode olvidar que o próprio dispositivo prevê a possibilidade do exercício de direito de regresso em ação autônoma.*

*É relevante enfatizar, ainda, que embora a denunciação da lide esteja mencionada como vedada apenas na hipótese do art. 13, parágrafo único que trata da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço de uma interpretação sistemática do CDC, chega-se à conclusão de que sua utilização é vedada em todas as hipóteses de ações fundadas em relação de consumo.*

[...]

*De outro lado, vale observar que, de acordo com a reiterada jurisprudência dos Tribunais, não se admite a denunciação da lide com supedâneo no art. 125, inciso II, do CPC/2015, se a parte denunciante visa a eximir-se de responsabilidade civil, imputando a terceiros os fatos danosos, como pretende a Apelante no caso concreto." (grifou-se)*

Sobre o tema, tem-se que a iterativa jurisprudência desta eg. Corte Superior é no sentido de que a vedação à denunciação da lide prevista no art. 88 do CDC não se limita aos casos de responsabilidade por fato do produto, aplicando-se, de forma ampla, às hipóteses de responsabilidade por acidentes de consumo. Nessa linha de intelecção, confirmam-se os seguintes precedentes:

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. INCIDÊNCIA. DENUNCIAÇÃO À LIDE. VEDAÇÃO. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.*  
[...]

*2. A jurisprudência desta Corte entende que a vedação da denunciação da lide nos processos regidos pelo Código de Defesa do Consumidor não se restringe às hipóteses de responsabilidade de fato do produto (art. 12 do CDC), mas alcança a responsabilidade por acidentes de consumo. Incidência da Súmula n. 83/STJ.*

*3. Agravo regimental a que se nega provimento."*

(AgRg no REsp 1292575/RJ, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 17/03/2016 - grifou-se)

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DENUNCIAÇÃO DA LIDE DE SEGURADORA. CASO ENVOLVENDO RELAÇÕES DE CONSUMO. IMPOSSIBILIDADE. ACÓRDÃO ESTADUAL EM DESCOMPASSO COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. NECESSIDADE DE PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.*

*1. É pacífico o entendimento no Superior Tribunal de Justiça segundo o qual, em se tratando de relação de consumo, descabe a denunciação da lide, nos termos do art. 88 do Código de Defesa do Consumidor.*

*[...]*

*3. Agravo interno desprovido."*

(AgInt no REsp 1635254/SP, Rel. **Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/03/2017, DJe 30/03/2017 - grifou-se)

Dessa forma, verifica-se que a decisão recorrida encontra-se em consonância com o entendimento desta Corte, incidindo, portanto, o óbice da Súmula n. 83/STJ.

Com essas considerações, conclui-se que o apelo não merece prosperar.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido de 17% para 18% sobre o valor atualizado da causa.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator